



Ano II- Nº 18		Outubro 2008
	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL PETGeo INFORMATIVO	

ISSN: 1982-517X

Editorial

O grupo PET inicia o mês de outubro com algumas pendências de última hora a resolver: o planejamento do ano de 2009, que precisa ser entregue até o dia 17, apressou em alguns pontos a agenda do grupo. Infelizmente, os problemas com o atraso das bolsas ainda não foram resolvidos, e esperamos não enfrentá-los de novo nos próximos anos de atividade. Neste mês também estamos convidando para o "Grupo de estudos de Geografia Urbana", coordenado pela professora Vera Lúcia Nehls Dias, em parceria com o NEPP (Núcleo de Estudos de Políticas Públicas). As reuniões do grupo de estudos acontecem toda terça-feira, às 10h00min na sala do NEPP, na FAED/UDESC. Teremos também dois eventos, no dia 9 de outubro, uma palestra com o título "Biomassa e Reservas Energéticas Nacionais" que será ministrada por Adriano Benayon (Diplomata de Carreira, Advogado, Doutor em Economia). E nos dias 15, 16 e 17 de outubro, o seminário "Movimentos Sociais e Políticas Públicas", que terá 3 mini-cursos e uma mesa redonda e contará com a presença de Tarson Nunes, Glauco Bruce Rodrigues e Luiz Eduardo Batista. No mais, aguardamos o retorno de cinco dos nossos bolsistas da ida ao ENAPET-Geo, no dia 22, para retorno às atividades já planejadas.

Grupo PET-Geografia FAED/UDESC

<u>PetGeo FAED/UDESC</u>
Expediente:
<u>Bolsistas:</u> Ana Beatriz Ternes, Cauê Marques, Celso Senna, Crisley Silveira Raitz, Cristina Maria Dalla Nora, Daniel Pereira de Lacerda, Emannuel Costa, Fernanda Cerqueira, Gabriela Fahl, Morgana Giovanella de Farias, Nicole Cristina Scheidt Schmitt, Rodrigo Amaral. <u>Tutor(a):</u> Vera Lúcia Nehls Dias.
<u>Edição:</u> Rodrigo Amaral
<u>Revisão:</u> Cauê Marques
<u>Impresso</u> pelo Grupo PET-Geografia FAED/UDESC, em tamanho A4, fonte Times New Roman e Arial
Sugestões, reclamações, convites, opiniões: <i>petgeopress@gmail.com</i>

Nessa edição:

Página

Artigo: O Caráter Pedagógico do Orçamento Participativo de Porto Alegre	02
PET-Indica	13
Eventos	15
Chamadas/Concursos	16
Convites e Informes	17

O Caráter Pedagógico do Orçamento Participativo de Porto Alegre.

Crisley Silveira Raitz¹ Vera Lucia Nehls Dias²

Resumo

O Orçamento Participativo (OP) é um processo através do qual a população decide, de forma direta, a aplicação dos recursos em obras e serviços que serão executados pela administração municipal. Essa forma de participação popular visa democratizar a gestão pública. Em Porto Alegre o OP foi institucionalizado em 1989 e ainda encontra-se em funcionamento, sendo uma referência mundial. Muitas são as conseqüências do Orçamento Participativo, algumas visíveis e de fácil compreensão. Como as obras que tornam mais dignas a vida da camada mais empobrecida da população, uma vez que esta é a camada mais ativa no processo. Mas outras precisam de um pouco mais de atenção e sensibilidade para serem percebidas, é o caso da conscientização política que esse processo proporciona. Essas conseqüências sutis são, provavelmente, o que de melhor o Orçamento Participativo pode proporcionar aos seus participantes.

1. Introdução

O presente artigo objetiva iniciar uma reflexão sobre a participação das camadas mais empobrecidas no Orçamento Participativo de Porto Alegre. Mais especificamente, entender se esta participação é capaz de originar processos e efeitos que vão além da melhoria material e imediata das condições de vida dos cidadãos. Processos estes que incluem a tomada de consciência - que o Orçamento Participativo acaba proporcionando a esta população - no que tange os direitos, deveres, estrutura política da cidade, hierarquias existentes e principalmente o poder que estas [camadas empobrecidas da população] têm ou podem ter diante do Poder Público e das ordens sociais estabelecidas. Caminhando assim no sentido da participação e da autonomia, na construção de uma cidadania crítica e participativa. Porém para entender essa caminhada, é preciso primeiro entender a história, como se dá e quem são os atores envolvidos no Orçamento Participativo de Porto Alegre. É preciso também esclarecer conceitos como o da participação, da Autonomia e da Alienação.

2. Breve histórico

Alguns pesquisadores defendem que o Orçamento Participativo de Porto Alegre tem suas raízes já na década de 70, senão antes. Nessa época presenciou-se o

¹ Acadêmica do Curso de Bacharelado em Geografia da Universidade do Estado de Santa Catarina. Bolsista do Grupo PET Geografia. crisleyraitz@gmail.com

² Tutora do Grupo PET Geografia da Universidade do Estado de Santa Catarina.

ressurgimento do movimento associativista e dos Movimentos Populares Urbanos que se uniram com organizações (como grupos políticos clandestinos, centros de educação popular e igrejas) em busca de uma transformação da realidade social. Em 1983 é criada a União de Associações de Moradores de Porto Alegre que em 1985 já estava vinculada a 78 associações de bairro e comunidade e dava mais força as reivindicações ligadas a vida na cidade e reconhecimento dos direitos universais à cidadania. O que já caracterizava algum progresso e superação quanto a praticas clientelistas e/ou paternalista (WAISELFISZ, 2004,p 19-24).

O Orçamento participativo em Porto Alegre, embora já houvesse discussões populares a esse respeito anteriormente a esta data, foi implementado em 1989. Iniciado pouco depois do fim da ditadura, o orçamento participativo foi uma tentativa do governo da Frente Popular - coligação de partidos de esquerda. Cujas plataforma principal era: democratização das relações entre Estado e Sociedade Civil – de democratizar as decisões e ações da prefeitura (essa tendência de democratização das gestões esteve presente em muitas partes do Brasil, inclusive com a implantação de vários programas de orçamento participativo, ainda que estes se dessem sob outras diretrizes e circunstâncias).

O início do OP em Porto Alegre foi marcado por diversas dificuldades, a primeira delas era a falta de recursos disponíveis para a realização das obras, 98% dos recursos da prefeitura estavam comprometidos com a folha de pagamento e ainda haviam dívidas assumidas pelas gestões anteriores que deveriam ser pagas. Para contornar o problema a prefeitura junto com a população fez uma reforma tributária, que visava potencializar os recursos próprios e que partia do princípio de que “quem tem mais deve pagar mais”. A falta de recursos desestimulou a população a comparecer as reuniões pois não viam os resultados destas, uma vez que os recursos da reforma tributária só começaram a ser recebidos em 1990. Logo que este obstáculo foi superado era preciso discutir os detalhes operacionais do processo, uma vez que não havia modelos prontos.

Num primeiro momento foi sugerido que o orçamento fosse dividido em 5 regiões, porém ao longo dos anos e com as discussões/acordos entre poder público, lideranças comunitárias e sindicais chegaram num total de dezesseis regiões – Ilhas /Humaitá/Navegantes, Noroeste, Leste, Lomba do Pinheiro, Norte, Nordeste, Paternon, Restinga, Glória, Cruzeiro, Cristal, Centro-Sul, Extremo-Su, Eixo- Baltaza, Sul e Centro.



Figura 1: Divisão das Regiões do OP em Porto Alegre (AVRITZER, 2004 Apud. CORDEIRO, 2006.)

A primeira reunião do Orçamento Participativo aconteceu na Zona Norte no Sindicato dos Metalúrgicos e contou com 200 participantes. Assembléias parecidas foram realizadas nas demais quinze regiões, nas quais foram decididas as prioridades de cada uma delas. O resultado foi uma lista infindável de prioridades, o que possibilitou aos órgãos executores e aos técnicos definir onde e quais as obras seriam realizadas. Em vista disso houve uma reestruturação das regras do Orçamento Participativo em 1990, quando foi criado o CRC - Coordenação de Relações com a Comunidade, o GAPLAN - Gabinete de Planejamento (responsável pelo planejamento orçamentário) - ambos vinculados diretamente ao gabinete do prefeito e o Conselho Municipal do Plano de Governo e Orçamento.

Depois de 16 anos sob governo do PT, a cidade passou por uma mudança de governo em 2005. Quando José Fogaça, do PPS (Partido Popular Socialista) apoiado pela coligação denominada “Partido da Mudança” e composta pelos partidos a seguir PFL, PSDB, PDT, PMDB, PP e PV, assume a prefeitura e dá continuidade ao Orçamento Participativo. De acordo com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a frequência da comunidade nas reuniões e assembléias teve um aumento neste período.

3. Da estrutura, do funcionamento e dos agentes.

3.1 Estrutura

Na estrutura da Prefeitura, duas unidades estão diretamente relacionadas com a elaboração do Orçamento Participativo: o Gabinete de Planejamento (GAPLAN) e o Gabinete de Relações com a Comunidade (GRC). Estes dois órgãos estão presentes desde o início do Orçamento Participativo, porém o GRC foi formalizado apenas em 2003, e substituiu o CRC que funcionava em caráter provisório. O GAPLAN foi formalizado apenas na segunda gestão, em 1994. Como já foi citado anteriormente os dois são subordinados diretamente ao gabinete do prefeito. O GAPLAN concentra suas funções na elaboração da matriz orçamentária, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual e o Plano de Investimentos e Serviços (PIS), considerando as demandas da comunidade e das secretarias. Já o GRC é responsável pela organização política das relações entre o governo municipal e a comunidade. Está envolvido na organização e mobilização da população. Coordena os centros administrativos regionais e o processo de descentralização administrativa (NASSUNO, 2007, p.9-10).

Os Centros Administrativos Regionais (CARs), são órgãos de descentralização político-administrativa da Prefeitura, que organizam regionalmente o processo do OP - através da figura do Coordenador.

A Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local (SMGL) é responsável pelo processo de aproximação das relações políticas entre prefeitura e comunidade, além de coordenar os CARs e o processo de descentralização.

Cabe a prefeitura disponibilizar a infra-estrutura necessária para o funcionamento do Conselho do Orçamento Participativo (COP) – composto por dois conselheiros titulares e dois suplentes de cada uma das dezessete regiões mais dois titulares das Temáticas. Um titular e um suplente do Sindicato dos Municipários e da Associação de Moradores. Um titular e um suplente da Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local e um titular e um suplente do Gabinete de programação orçamentária, sendo que estes não têm direito a voto – tais como a disponibilização de local adequado para a realização das reuniões e curso de capacitação orçamentária aos conselheiros, secretários, delegados, Diretores e Agentes públicos.

Das muitas atividades que competem ao COP, cabe aqui destacar algumas. Tais como: apreciar, emitir opinião e alterar todo ou em parte o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o orçamento, emitidos pelo poder público. Apreciar, emitir opinião e alterar todo ou em parte o PIS – Plano de Investimentos e Serviços -

respeitada a decisão dos Fóruns Regionais do Orçamento Participativo. Avaliar e Divulgar a prestação de contas de Município referente ao ano anterior que deve ser efetuada até o dia vinte de abril.

O fórum de Delegados é responsável pela hierarquização das obras e serviços de cada região. Também analisa e aprova a lista elaborada pelo governo municipal consolidando as demandas da sua região ou temática que serão executadas (Regimento interno, 2008, p. 07-15).

3.2 Funcionamento

No Orçamento Participativo a população se envolve em etapas do ciclo de políticas públicas. Desde a participação na definição das obras e serviços nos quais o orçamento será gasto, até o acompanhamento e controle da execução destes. Esse processo se dá ao longo de todo o ano em diversos encontros que envolvem, representantes da prefeitura e da comunidade. De março e abril, ocorrem as reuniões preparatórias, que são reuniões de articulação e preparação, nas quais a pauta é a prestação de contas do ano anterior por parte da prefeitura, apresentação de um plano de investimentos para o próximo ano, apresentação do regime interno e ocorre também a discussão para a Chapa de conselheiros.

Na segunda quinzena de abril e o mês de maio acontece a rodada preliminar de assembleias Regionais - nas 17 regiões do Orçamento participativo, no ciclo de 2007/2008 foi acrescida a região das Ilhas que anteriormente encontrava-se incorporada a região 1 [Fig. 1, p. 3], e seis Temáticas, Circulação, Transporte e Mobilidade Urbana / Organização da Cidade e Desenvolvimento Urbano e Ambiental / Desenvolvimento Econômico Tributação e Turismo / Cultura / Educação Esporte e Lazer / Saúde e Assistência Social. Só então cada região do Orçamento Participativo elege 4 prioridades temáticas, ocorre a eleição dos Conselheiros e a definição do número de delegados para os seus respectivos fóruns regionais e grupos de discussões temáticas.

De maio ao começo de julho, acontecem as eleições dos Delegados, que nos fóruns serão responsáveis pela hierarquização das obras e serviços assim como a deliberação das demandas da sua região ou temática. Na primeira quinzena de julho temos a posse dos novos conselheiros, e entrega da hierarquização das obras e serviços.

De julho a setembro, o governo faz uma análise técnica e financeira das demandas e monta a matriz orçamentária. De agosto a setembro, há a votação desta

matriz e após a aprovação dá-se início à distribuição de recursos entre as regiões e temáticas do Orçamento Participativo.

Entre outubro e dezembro é finalizada a distribuição dos recursos. É feito o detalhamento do Plano de Investimentos e Serviços (PIS) que posteriormente é apresentado e votado nos Fóruns de Delegados.

De novembro a dezembro, são discutidas as alterações do Regimento Interno e de dezembro a janeiro são votadas as alterações sugeridas. (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2008).

3.3 Dos agentes.

Não há como negar que em todo esse processo a personagem mais importante é a população. Sem a presença desta, por mais esforços que o poder públicos e outras entidades destinassem ao Orçamento Participativo, todo o processo seria em vão e vazio de sentido. Segundo Fedozzi, das pessoas que freqüentam as instancias do OP há um equilíbrio entre homens e mulheres. Com relação a faixa etária há uma representação pouco significativa entre os 16 e 33 anos, e nas instancias representativas grande parte das pessoas tem mais de 50 anos. Nos últimos anos o Orçamento Participativo tem atraído mais pessoas com nível médio de escolaridade e uma tendência interessante é que mais negros estão participando do processo, seja por que o OP tem sido um instrumento de inclusão dessa etnia, seja por uma crescente conscientização racial. Um outro dado indicativo da capacidade de inclusão social do OP é a renda familiar, maior parte dos freqüentadores do Orçamento recebe até dois salários mínimos. Porém cabe ressaltar que há uma maior representatividade no COP – Comitê do Orçamento Participativo - entre aqueles que recebem entre dois e quatro salários mínimos. Demonstrando que a famílias de menos renda estão inclusas entre as que não se elegem (2008, p.15-20).

Os delegados tem como função participar das reuniões nas regiões ou nas temáticas, acompanhar o PIS desde o seu desenvolvimento até a conclusão das obras, compor as Comissões Temáticas, encaminhar as demandas da comunidade no prazo determinado através do Fórum de Delegados, defender o interesse comum, entre outros. Esses delegados são eleitos nas assembléias da comunidade na proporção de:

- Até cem participantes na primeira assembléia regional, 1 delegado para cada 10 presentes;
- entre 101 e 250 presentes, 1 delegado para cada 20 presentes;

- entre 251 e 400, 1 delegado para cada 30 presentes;
- mais de 401 presentes, 1 delegado para cada 40 presentes (AVRITZER, 2002, p.578. Apud. CORDEIRO, 2006, p. 41).

Os conselheiros compõem o COP, no qual tem direito a voz e voto - dois titulares e dois suplentes de cada uma das 17 regiões e das 6 temáticas. Para se candidatar é preciso ter participado um ano como delegado e ter comparecido em pelo menos cinquenta por cento das reuniões dos últimos cinco anos. Não pode estar ligado ao poder público, ter cargo eletivo ou comissionado nas esferas municipal, estadual e federal, dentre outros impedimentos. Tanto delegados quanto coordenadores não recebem salário ou qualquer tipo de benefício por suas atribuições.

O poder público entra nesse processo como fornecedor de informações, infraestrutura e assessoramento técnico sem direito a voto nas instâncias deliberativas.

Cada Região ou temática terá um Coordenador Regional e Coordenador Temático do Orçamento Participativo que será um funcionário indicado pela prefeitura, dentre as suas funções e responsabilidades é possível citar: presença em todas as reuniões do conselho de delegados da região, contribuir com subsídios e informações atualizadas, informar sobre a posição do governo em determinados assuntos, informar o andamento das obras. O Coordenador terá direito a voz mas não a voto.

4. Participação, Autonomia e Alienação.

Para podermos refletir sobre os efeitos do Orçamento Participativo de Porto Alegre no que tange a população desde município é preciso nos apropriarmos de alguns conceitos que facilitarão a nossa análise.

4.1 Participação

O conceito de participação que aqui será adotado é o da participação política, que significa se organizar e se associar a outros cidadãos buscando superar a exclusão social e política. Para tanto é preciso se envolver no debate e na vida política na tentativa de promover e exigir a transparência governamental e de se fazer ouvir e fazer valer seus direitos e vontades (TARTARUGA, 2001, p. 79).

4.2 Alienação e Autonomia

Castoriadis em seu livro *A instituição imaginária da sociedade* diz que a autonomia só pode se dar no âmbito da coletividade.

“se o problema da autonomia é que o sujeito encontra em si próprio um sentido que não é seu e que tem de transformá-lo utilizando-o; se autonomia é essa relação na qual os outros [discurso do Outro/Inconsciente] estão sempre presentes como alteridade e como ipseidade do sujeito – então a autonomia só é concebível, já filosoficamente, como um problema e uma relação social (1982, p. 130).”

Ainda é possível dizer que a autonomia é dependente do meio externo, um indivíduo jamais vai poder viver independente e incólume das ações de outrem(ns).

Assim como a autonomia a alienação também é um fenômeno social, e não somente individual. “O essencial da heteronomia – ou da alienação no sentido mais amplo do termo – no nível individual, é o domínio por um imaginário automatizado que se arroja a função de definir para o sujeito tanto a realidade quando o seu desejo” (CASTORIADIS, 1982, p. 124). A alienação tem causas relativas ao inconsciente individual e na sua relação com o social. Segundo Castoriadis “a massa de privações e de opressão,..., material e institucional, de economia, de poder e de ideologia, como indução, mistificação, manipulação e violência” (1982, p. 131), é responsável por suprimir a autonomia que o indivíduo venha a conseguir individualmente.

Trazendo a discussão para o Orçamento Participativo de Porto Alegre, é possível entender que tanto maior será a autonomia da população, quanto mais esta conseguir refletir e entender a cidade, independente das vontades do poder público. Tanto mais autônoma será a população, quanto mais conseguir entender os processos os quais a cidade está submetida, pensando coletivamente e criticamente sobre esta, e sobre como podem agir de forma a torná-la mais justa e menos opressiva. A autonomia passa pelo conhecimento, pelo pensamento crítico e pela ação coletiva.

5. Efeitos imateriais do Orçamento Participativo de Porto Participativo

O que não é segredo para ninguém, mas que deve ser sempre lembrado, é que o dinheiro destinado ao OP, não é uma fatia muito representativa do orçamento total do município. No nosso entender o mais importante neste caso não são os benefícios materiais que este dinheiro traz - ainda que para as comunidades carentes esse percentual represente muito mais do que historicamente lhes foi destinado – e sim a possibilidade que o OP oferece a essas pessoas de participar no processo de deliberação quanto aos investimentos a serem feitos. É possível lembrar ainda que para as camadas mais privilegiadas nunca tenha sido exigido qualquer tipo de esforço para que tivessem

direito aos serviços e infra-estruturas disponibilizados pelo poder público. Mais do que isso, o dinheiro insuficiente para satisfazer todas as necessidades faz gerar o debate, entres as regiões e dessa forma tende a incentivar uma visão holística sobre as necessidades da cidade

Ainda que a iniciativa tenha partido do governo municipal e que este ainda interfira em partes do processo, é possível perceber que deste resulta - nas comunidades menos privilegiadas economicamente – que o que antes poderia ser visto como um favor, prestado por algum indivíduo, passa a ser visto como direito, e que os pobres passam a se ver como cidadãos de fato. Em outras palavras, do OP resulta na diminuição do clientelismo (SOUZA, 2001, p. 10).

Na medida que as necessidades mais básicas vão sendo suprimidas, o desenrolar natural do processo sugere que a população se volte para temas mais gerais, que abarquem toda a cidade e que tenha implicações a mais longo prazo – como meio ambiente, cultura e lazer – ao contrário do que vem acontecendo em que temas como habitação frequentemente estão no topo das listas de prioridades.

6. Considerações Finais

É possível qualificar o OP por seu caráter pedagógico e inclusivo mais do que por sua capacidade deliberativa. Com a participação nas assembléias os cidadãos porto alegrenses tendem a cada vez mais desenvolver senso crítico e espírito associativista, na medida que este processo estimula o debate, a organização e o fortalecimento das relações de bairro.

Apesar deste artigo atentar principalmente para aspectos positivos do Orçamento Participativo, isso não quer dizer que este não tenha - ou que não tenham sido percebidas - falhas. Muito pelo contrário, as falhas existem e são muitas, estão presentes em todas as etapas do processo. Mas é importante perceber que apesar delas o Orçamento Participativo de Porto Alegre tem muitos pontos positivos e que – na nossa visão - o principal deles é o seu caráter pedagógico. De forma que ainda que o OP deixe de existir, ele vai deixar marcas profundas no que tange a autonomia e a participação. A organização da sociedade já está fortalecida e esta não abrirá mão de direitos alcançados. A assimetria de poder diminuiu, as comunidades empobrecidas da população se acostumaram a falar, serem ouvidas e sobre tudo a serem respeitadas.

Referências

CARLOS, Euzineia. Participação e cultura política no Orçamento Participativo. *Civitas Porto Alegre*, v. 6 n. 1 jan.-jun. 2006 p. 131-154 . Disponível em:
<<http://www.google.com/search?q=cache:RCpNY7PZzYJ:revistaseletronicas.pucrs.br/o/ojs/index.php/civitas/article/view/26/1589+%22euzineia+Carlos%22+Participa%C3%A7%C3%A3o+e+cultura+pol%C3%ADtica&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=3&gl=br>>
acessado em: 15 de Jun. 2008, as 00h48min.

CASTORIADIS, Cornelius. Autonomia e Alienação. In.: ____ **A instituição imaginária da sociedade**. Trad. Guy Reynaud – Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982. p. 122-133.

CORDEIRO, Carolina. **Orçamento participativo**: um estudo preliminar sobre os casos de Porto Alegre e Belo Horizonte. 2006. 79 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Políticas Públicas, Departamento de Geografia, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FEDOZZI, Luciano. **Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre** – análise histórica de dados: perfil social e associativo, avaliações e expectativas. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2007, 45p.

Histórico do Orçamento Participativo de Porto Alegre. **Centro de Assessoria e Estudos Urbanos**. Porto Alegre, 7 p. 2001 Disponível em:
<http://www.logolinkla.org/conteudos/documentos/OP_port.pdf.> Acesso em: 14 de Jun. 2008, às 14h30min.

Regimento Interno – Critérios Gerais, Técnicos e regionais – 2008/2009. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Porto Alegre – RS. Mar. 2008, 74p.

Sítio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em:
<<http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/op/default.php>> Acessado em: 14 de Jun de 2008, as 19h00min.

SOUZA, Celina. Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do orçamento participativo. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 4, 2001 .
Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392001000400010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 Jun. 2008. doi: 10.1590/S0102-88392001000400010

TARTARUGA, Iván Gerardo Peyré. Participação, identidade e autonomia. In.: **Boletim gaúcho de geografia n. 27** dez. 2001, p. 78-85. : il.

WASELFISZ, Júlio Jacobo et alii. Orçamento Participativo de Porto Alegre. In.:
_____ **Nos caminhos da inclusão social:** a rede de participação popular de Porto Alegre. Brasília: UNESCO, 2004, p.17-44.

PET-Indica

(sugestão de filmes, livros, etc)



Jerry Seinfeld, consagrado humorista estadunidense, é conhecido no Brasil principalmente pelo seu seriado de TV homônimo, fenômeno mundial de audiência nos anos 90 e considerado por muitos como a melhor série de humor de todos os tempos. Seinfeld começou sua carreira fazendo shows de "Stand-Up", gênero de comédia onde o ator se apresenta sozinho à platéia, apenas com a roupa do corpo e o microfone na mão. Não há caricaturas, fantasias ou personagens encarnadas no stand-up. O gênero invadiu o Brasil a partir de 2006 principalmente, através de humoristas como Diogo Portugal. Hoje o Stand-Up é, talvez, um dos mais populares gêneros de comédia no país e lota as casas de shows e teatros semanalmente.

Finalmente, o "Melhor Livro Sobre Nada" nos mostra um pouco de tudo isso. Um pouco do que pode ser visto no seriado e um pouco de Stand-Up. Piadas infames e trocadilhos inseridos em contextos do cotidiano que, de certa forma, refletem a nossa superficialidade sobre as coisas simples da nossa vida a que passamos despercebidos. Com muita inteligência Jerry Seinfeld é docemente sarcástico em suas reflexões, que garantem boas risadas.

O seriado de Seinfeld ainda é reprisado no Brasil, nos canais pagos e, no Youtube, há alguns fragmentos (legendados) de DVD's das apresentações do comediante.



Adriano Benayon é Doutor em Economia pela Universidade de Hamburgo e Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi Professor da Universidade Brasília, Diplomata de carreira, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados e, depois, do Senado Federal, na Área de Economia, aprovado em 1º lugar em ambos concursos.

GLOBALIZAÇÃO VERSUS DESENVOLVIMENTO (Adrian Benayon)

O livro é destinado aos que se interessam pelo Brasil. Mostra a urgência de o País livrar-se do atual modelo econômico, para tornar-se seguro e próspero. Os temas abrangem Economia, Desenvolvimento, Tecnologia, Ciência Política, História e Relações Internacionais.

Adriano Benayon demonstra como e porque se desenvolveram os países que são hoje centros mundiais, sedes de grandes empresas transnacionais: Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e Japão. Em todos, foi essencial a base cultural e a interação entre o Estado e o capital nacional.

O único desenvolvimento possível é o autônomo, e esse exige desvincular-se de potências hegemônicas e do livre-fluxo de capitais. Aponta limitações do socialismo e como a concentração capitalista desemboca no imperialismo. Conclui que a via do progresso passa pela firme condução pelo Estado da estrutura produtiva, formada por estatais e por um setor privado subordinado à real economia de mercado, a qual não se confunde com o capitalismo.

Adriano Benayon descreve quinze mecanismos de que se servem as empresas transnacionais para transferir ao exterior os ganhos obtidos no Brasil e para não pagar impostos sobre a renda. Assim, por meio dos investimentos diretos estrangeiros, os centros capitalistas apropriam-se dos recursos das periferias, sem resultados para estas senão o empobrecimento.

A globalização torna livres os movimentos de capitais, radicalizando o modelo dependente, imposto ao Brasil, à Argentina e ao México, por pressões e intervenções externas. Resultado: apesar do magnífico potencial, seus povos mal sobrevivem na pobreza, superada em países com potencial limitadíssimo. A diferença está na política econômica e industrial. Alguns tigres asiáticos reservaram seus mercados ao capital nacional e, desse modo, atingiram o patamar dos países de alta renda, embora tivessem a mais baixa do Planeta, nos anos 60.

Outra discussão versa sobre as teorias da dependência, da qual se conclui não haver “desenvolvimento dependente”. A obra termina com uma síntese sobre a devastação que está sendo produzida no Brasil pelo modelo neocolonial.

Fonte:

<http://paginas.terra.com.br/educacao/adrianobenayon/livroresumo.htm>
(Website pessoal do autor)

Eventos

44º Congresso Brasileiro de Geologia (CBG)

Data: 26/10

Local: Curitiba, Paraná

Duração: de 26 a 31 de Outubro

O 44º CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA (CBG) ocorrerá na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, em outubro de 2008. Coincidirá com a comemoração do Ano Internacional do Planeta Terra, do aniversário de 101 anos de fundação do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil e dos 100 anos do Relatório White, que estabeleceu a coluna estratigráfica da Bacia do Paraná.

O 44º CBG será realizado entre 26 e 31 de outubro de 2008 no Estação Embratel Convention Center (EECC), localizado no Shopping Center Estação, Avenida 7 de Setembro, 2775, região central de Curitiba.

Mais informações:

<http://www.44cbg.com.br>

44cbg@44cbg.com.br

XV Encontro Estadual de Geografia

Data: 05/11

Local: Natal, RN

Duração: 05 a 08 de novembro.

O Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte promoverá o XV Encontro Estadual de Geografia (EEG-RN).

Este encontro tem como objetivo debater temas recentes, possibilitando a troca de experiências de pesquisa e a discussão sobre os rumos e expectativas da ciência geográfica no contexto do estado do rio Grande do Norte.

Mais informações:

www.cchla.ufrn.br/xvegeom

xvegeom@ufrnet.br

Chamadas/Concursos

- **Prefeitura de Florianópolis: Professor Substituto** - O concurso visa contratação futura de professores nas áreas de Educação Infantil, Português, Inglês, Espanhol, Matemática, Geografia, História, Séries iniciais do Ensino Fundamental, Aux. Ensino p/ educandos com deficiência, ciências, Educação Física, Artes Cênicas, Artes Plásticas, Música, Dança, Alfabetização de Jovens e Adultos, Educação Especial, Instrutor de Libras e Intérprete de Libras.

As **inscrições** devem ser feitas de 06 de outubro a 24 de outubro de 2008 no site www.consulplan.net. O valor da taxa de inscrição varia de R\$20,00 a R\$30,00. A inscrição também poderá ser feita em locais indicados no edital.

Convites

Ciclo de Debates

IV CICLO DE DEBATES PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

Data: 14 e 15 de outubro de 2008 –

Horário 09:30 as 19:00 horas

Local: Auditório da UNISUL - Campus do Norte da Ilha

Inscrições: Secretaria de Estado do Planejamento

Fones: 3215-1490/ Léia 3215-1597

CineArth

Programação de Outubro do **Cinearth – Sábados (às 18h) e Quartas(às 19 h)**
– **cinema, café e debate.**

Local: Museu da Escola Catarinense (antiga FAED), R. Saldanha Marinho, 196, Centro.
Entrada Franca

Mostra de filmes e debates: **“Outras infâncias”**.

Em todas as sessões terão comentadores convidados após os filmes.

Publico alvo: professores/as, educadores/as e publico adulto em geral.

- Emitimos certificados aos que participarem em 75% das atividades.
(inscrições pelo telefone: 88127084 e pelo e-mail: sarahnogueiraster@gmail.com)

Dia 25/10 às 18 h.

Filme: **Eu não tenho medo**



Eu Não Tenho Medo narra o encontro entre dois garotos de vivências distintas, que conseguem conciliar as diferenças e ajudar um ao outro. Concorreu ao Urso de Ouro no Festival de Berlim e à estatueta de melhor filme estrangeiro no Oscar de 2003. É cinema que ultrapassa o discurso e sensibiliza o coração.

Direção: Gabriele Salvatores, ITA/ESP/ING, 2003

Dia 29/10 às 19h.
Filme: vida de menina



Uma grande personagem essencialmente brasileira, num momento crítico de sua vida, quando ela briga para estabelecer sua liberdade e integridade. Tendo como pano de fundo um Brasil que acaba de abolir a escravatura e proclamar a República, Helena Morley começa a escrever o seu diário, que nos revela seu universo e um país que adolece junto com a menina. Nesse momento da vida, Helena é magra, desengonçada, e sardenta: se acha feia. Não é boa aluna, nem comportada como sua irmã Luizinha; seu apelido é "Tempestade". Mas Helena, como nenhuma outra garota de Diamantina, escreve.

Direção: Helena Solberg